

# Psicologia Social como Psicologia Política? A Proposta de Psicologia Social Crítica de Sílvia Lane

Social Psychology as Political Psychology?  
The Critical Social Psychology Proposed by Silvia Lane

¿Psicología Social como Psicología Política?  
La Psicología Social Crítica Propuesta por Silvia Lane

Aluísio Ferreira de Lima\*

aluisiolima@ufc.br

Antonio da Costa Ciampa\*\*

acciampa@pucsp.br

Juracy Armando Mariano de Almeida\*\*\*

juracyam@uol.com.br

## Resumo

*O artigo retoma a discussão de Práxis em Psicologia Social, ressaltando a relação desta com a transformação das condições sociais e individuais. Tomando como ponto de partida as proposições de Silvia Lane sobre a Psicologia Social Crítica, defende-se que esta deve estar a serviço da emancipação, desenvolvendo uma práxis crítica e criadora. A noção de práxis é apresentada como o resultado do movimento entre teoria e prática que se dá a partir de um processo dialético, colocando a possibilidade transformadora como exigência da reflexão teórica. O que se pede ao pesquisador é um comprometimento com processos emancipatórios, com a superação de situações pessoais e sociais intoleráveis. A proposta é a afirmação de uma Psicologia Social Crítica aberta para novos modos de ser e agir, preocupada com os projetos de vida individuais e com a dinâmica dos processos históricos-sociais.*

## Palavras-chave

*Teoria, Prática, Práxis, Psicologia Social Crítica, Emancipação.*

## Abstract

*The article discusses of praxis in social psychology, highlighting its relationship with the transformation of social and individual conditions. Based on Silvia Lane's propositions*

\*Psicólogo, Professor Adjunto de Psicologia Social e Líder do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica da Universidade Federal do Ceará – Brasil. Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Brasil.

\*\*Psicólogo, Professor Associado do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social e Líder Grupo Interdisciplinar de Pesquisa da Identidade Humana da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Brasil.

\*\*\*Sociólogo, Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Brasil. Co-Líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa da Identidade Humana Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Brasil.

Lima, Aluísio Ferreira de, Ciampa, Antonio da Costa, & Almeida, Juracy Armando Mariano de. (2009). Psicologia Social como Psicologia Política? A Proposta de Psicologia Social Crítica de Sílvia Lane *Psicologia Política*, 9(18), 223-236.

*Critical Social Psychology, it argues that this should be at the service of emancipation, developing a critical and creative praxis. Praxis is as a result of movement between theory and practice that takes place as a dialectical process, putting the industry as a possible requirement of theoretical reflection. What is required of a researcher is a commitment to emancipatory processes, with the overcoming of intolerable personal and social situations. The proposal is the claim of a Critical Social Psychology open to new ways of being and acting, concerned with the projects of individual life and the dynamics of social-historical processes.*

**Keywords**

*Theory, Practice, Praxis, Critical Social Psychology, Emancipation.*

**Resumen**

*El artículo parte de la discusión acerca de la praxis en psicología social y su relación con la transformación de las condiciones sociales y individuales. Tomando como punto de partida las propuestas de Silvia Lane sobre la creación de una Psicología Social Crítica, sostiene que esto debe estar a servicio de la emancipación, el desarrollo de una praxis crítica y creativa. La noción de la praxis se presenta como el resultado del movimiento entre la teoría y la práctica que se lleva a cabo como un proceso dialéctico, poniendo a la industria como un posible necesidad de la reflexión teórica. Lo que se requiere del investigador es un compromiso con los procesos de emancipación, con la superación de situaciones personales y sociales intolerables. La propuesta es la afirmación de una Psicología Social crítica abierta a nuevas formas de ser y actuar, preocupado por los proyectos de vida individuales y la dinámica de los procesos sociohistoricos.*

**Palabras clave**

*Teoría, Práctica, Praxis, Psicología Social Crítica, Emancipación.*

## Introdução

*Pensar é, já em si, antes de tudo e qualquer conteúdo particular, negar, é resistir ao que lhe é imposto; o pensamento herdou esse traço da relação do trabalho com seu material, com seu arquétipo.*

**Theodor W. Adorno** (2009:25)

Trazer à tona na Psicologia Social novamente a discussão acerca da “relação entre teoria, prática e práxis” nos dias de hoje poderia soar ultrapassado se partíssemos do pressuposto de que desde a publicação no Brasil da obra “Psicologia Social: o homem em movimento”, em 1984, por Silvia Lane e Wanderlei Codo (1989), essa questão já estaria sendo discutida e hoje essa relação tivesse se tornado um *a priori* para a produção teórico-epistemológica nesse campo de conhecimento. Nesse livro, assumindo uma posição materialista, Lane evidenciava que não há como separar realidade e teoria, teoria e pesquisa, tal como o faz o positivismo, para o qual o lugar do teórico, do científico é sempre um lugar neutro.

Este foi um dos pontos de partida para sua proposição de uma Psicologia Social Crítica comprometida com a realidade brasileira, indissociada da práxis cotidiana, distinta daquela que considerava a atividade teórica como uma prática em si mesma, descompromissada com os problemas sociais e os dramas pessoais existentes no contexto de comunidades e, mesmo, de nações específicas, desvinculadas de seus contextos histórico-sociais, aparentando ser politicamente assépticas, porém, em boa parte, comprometidas com as necessidades de controle e a funcionalidades sistêmicas (Lane, 1989a:13).

Lane manifestava-se, então, contra uma perspectiva cientificista presente na Psicologia Social, e que lhe conferia um papel normativo e sistêmico ancorado na ideia de neutralidade, condenando-a à herança adaptacionista, que predominava como espírito de época. A implementação de uma Psicologia Social Crítica inaugurava a ideia de indissociabilidade entre a teoria e a prática, conferindo ao pesquisador o papel de agente político, responsável pela transformação da realidade e promotor da emancipação. Sem isso, a Psicologia Social estraria “apenas reproduzindo as condições necessárias para impedir a emergência das contradições e a transformação social” (Lane, 1989a:15), em outras palavras, colaborando na para a reprodução da desigualdade, da opressão e no para o impedimento da emancipação.

Essa guinada teórico-epistemológica foi resultado de todo um movimento que se iniciou no Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP) em 1976, em Miami e que resultou na criação e desenvolvimento da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, após julho de 1980. O marco histórico de proposição da Psicologia Social Crítica, inclusive, ocorrerá efetivamente na ocasião do 2<sup>a</sup> 2<sup>o</sup> Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, ocorrido em Gramado/RS, em 1989, quando, a convite de Aroldo Rodrigues, Silvia Lane defende as bases científicas da Psicologia Social Marxista, com o trabalho intitulado “Uma Psicologia Social baseada no Materialismo Histórico e Dialético: da emoção ao inconsciente” (Lane, 1989b).

A proposta de uma Psicologia Social Crítica surge também como uma resposta teórico-epistemológica de intelectuais e pesquisadores que estavam envolvidos com os movimentos sociais e políticos das décadas de 60 e 70. Este é um período em que os movimentos populares se fortalecem e vão aglutinando um grupo crescente de pessoas em torno da reivindicação

do atendimento das necessidades básicas e da contestação ao regime político vigente. As greves se espalham em vários setores da produção, o desemprego e a inflação alcançam números assustadores. Esse também foi um período em que se debatiam diretamente a questão do subdesenvolvimento e das amarras estruturais que impediam mudanças mais significativas no sistema de poder, na economia e, principalmente, na situação de desigualdade reinante. A experiência da implantação de regimes socialistas na Europa e na América - Latina colocava em pauta a questão da revolução como solução dos problemas existentes.

À época havia certa relutância com relação aos intelectuais (relutância que só foi ultrapassada em parte anos mais tarde, quando se começou a difundir e discutir a obra de Gramsci) e se menosprezava a produção acadêmica, considerada uma atividade de gabinete. O que se exigia era que as pessoas pusessem a “mão na massa”, ou seja, que participassem diretamente dos movimentos e vivenciassem as situações cotidianas e corriqueiras da vida social pregando a revolução e contribuindo para a organização política da população. O que contava era ser um ativista e não um pensador/pesquisador de esquerda.

Frente a essa nova demanda a universidade passa a lidar com as desigualdades sociais e com a produção de alternativas de intervenção e constata sua impotência, fruto da simples importação de uma leitura de sociedade que não correspondia à realidade brasileira. Antonio da Costa Ciampa (1977:13) discutindo esse período histórico em sua dissertação de mestrado assinala que rapidamente se percebe que a própria experimentação “passa apenas a servir como uma evidência de que [estavam] fazendo ciência e não filosofia”. Constata-se que a literatura hegemônica até então era a norte-americana, ou seja, quando se falava em Psicologia Social, falava-se em psicologia social desenvolvida nos Estados Unidos: muitos dos problemas estudados no Brasil eram na verdade problemas da sociedade norte-americana.

A exigência de uma atuação mais concreta dos intelectuais na organização social e política ficou mais evidente no início da década de 1970, período em que, sob o regime militar, os psicólogos envolvidos com a psicologia na comunidade passaram a atuar junto aos setores populares (Andery, 1989:205; Góis, 2003:71). Nestes espaços, as intervenções possíveis estavam na possibilidade de incitamento da racionalidade crítica, organização popular e participação política (Lane, 2006:17). A produção do conhecimento a partir da reflexão com a realidade prática, ou seja, a adoção de uma práxis aparecia como a única forma de produzir um conhecimento capaz de promover a emancipação social.

Não demorou muito para que trabalhos como o de Rosa Nader (1990:168), ainda no início da década de 90, nos mostrassem que os discursos técnicos dos psicólogos podem vir acompanhados de concepções de mundo “mais humanizantes”, que se configuram “num discurso político-ideológico acerca de projetos de convivência social mais justa e igualitária”, mas que isso “não tem sido condição suficiente para que a prática psi seja uma prática transformadora de sua própria condição de trabalho humano, e da condição daqueles que são seu objeto de trabalho” (Nader, 1990:168). Aliás, a imensa quantidade de produções acadêmicas “empoeiradas” em nossas bibliotecas e a “aparente” falta de respostas aos problemas psicossociais contemporâneos talvez oferecessem indícios de que nem sempre essa associação estaria sendo feita e, mais, que talvez a produção atual estaria paralisada na re-produção de pesquisas que apenas descrevem uma realidade, sem no entanto, propor transformações possíveis.

Parece que com o pano de fundo apresentado já é possível afirmar que discutir a relação entre teoria, prática e práxis ainda é assunto atual, e isso inclui pensar sobre o que é essa práxis, sobre seu sentido, que pode ser tanto emancipatório quanto repressivo, regressivo. Chega

o momento de darmos um passo adiante e propor uma reflexão acerca da práxis em Psicologia Social. Longe de esgotar a questão, nossa proposta será de fazer provocações e reflexões acerca da nossa postura em Psicologia Social, considerando *a priori* que o fazer científico sem uma reflexão tende a cair em uma prática que será denominada no nível individual de racionalização e no nível da ação coletiva, ideologia.

## **A relação Teoria & Prática na Psicologia Social e sua Condição Enquanto Práxis**

Em uma entrevista intitulada: “Parar para pensar... e depois fazer!”, cedida à revista Psicologia & Sociedade e conduzida pelos professores doutores Ciampa, Ardans e Satow (1996), em homenagem na época aos 35 anos de dedicação à Psicologia Social, Silvia Lane vai dizer que a questão envolvendo a articulação entre teoria e prática surgiu para analisar criticamente e repensar o saber psicossocial “procurando desenvolver pesquisas que, ao mesmo tempo, permitissem avanços teóricos e sistematizações que também contribuíssem para modificar situações e práticas sociais” (Ciampa, Ardans & Satow, 1996:83). Para ela essa tomada de posição foi necessária para superar as dicotomias existentes entre “pesquisa básica e aplicada e entre o particular e o genérico” (Ciampa, Ardans & Satow, 1996:83). O título proposto por Lane à entrevista nos dá um sentido de direção: “Parar para pensar... e depois fazer!”, uma simples frase, mas com uma profundidade sem igual, que nos lembra da necessidade de realizar esse exercício no nosso cotidiano enquanto pesquisadores e do fato que nem sempre o fazemos.

Lane também nos lembra que essa mudança na forma de fazer psicologia é fruto da transformação da concepção de homem adotada desde então e que entende o ser humano como um produto histórico e social, que é, por sua vez, a dialética entre a igualdade e a diferença, entre a individualidade e a coletividade. Esta concepção contrapõe-se tanto as às teses que tratam os indivíduos como portadores de qualidades inatas, na qual em que a evolução da sociedade estaria ligada a à evolução da espécie, quanto as às teses que defendem a ideia de indivíduos transcendentais cujo destino destinos estaria estariam traçado traçados *a priori*. Essa perspectiva “nos remete necessariamente a à interdisciplinaridade, pois se torna essencial recorrermos às contribuições da História, da Sociologia, da Antropologia, da Economia política e também da Biologia, para um conhecimento concreto desse sujeito” (Ciampa, Ardans & Satow, 1996:83). Estas disciplinas são necessárias para que o Psicólogo Social possa compreender o ser humano em

toda sua abrangência e complexidade (cognitivo, afetivo, estético, moral, sexual, corpóreo, motor etc); que considere que o indivíduo, à medida que vai adquirindo a capacidade de agir e de falar, vai também passando a se reconhecer e a ser reconhecido pelo outro como alguém que pode afirmar ‘eu’ de si mesmo [...] em busca de um sentido emancipatório” (Lima, 2005:243).

A concepção de ser humano expressada aqui é aquela em que este é produto e produtor de seu ambiente, de sua história, que pensa sobre sua ação, planeja e depois executa, retornando novamente ao processo inicial. Todavia, essa concepção também se refere àqueles humanos que simplesmente reproduzem a realidade com explicações do tipo “é assim que deve ser, é

assim que se faz”, expondo uma das questões centrais da Psicologia Social, o impedimento da emancipação humana, o problema da liberdade, da autonomia. Com isso as teorias psicológicas desenvolvidas até então perdem seu *status* transcendental e são colocadas como mais um problema a ser discutido.

Lane diz que essa transformação não visa “abandonar as teorias, elas são necessárias, mas considerá-las sempre como ‘sínteses precárias’, que devem ser questionadas no confronto com o real e reformuladas sempre que necessário” (Ciampa, Ardans & Satow, 1996:83). Essa proposta, além de uma posição teórica é também uma posição política, um projeto ético, cujo exemplo pode ser encontrado na própria história de Lane, que viveu lutando por uma nova maneira de fazer Psicologia Social. Lane inclusive nos mostra a clareza quanto ao seu papel social, de sua posição de pesquisadora e docente, ao relatar a resposta que dá a uma aluna do núcleo de psicologia comunitária ao ser questionada sobre o fato de sua teoria ser uma forma de apologia à revolução:

Não. Estou propondo que cada um reflita sobre a realidade que está vivendo – o seu dia-a-dia, o que é o país, o que é o Brasil, o que nós somos, o que é história – e opte por uma ação política que ache que deve optar. Se a grande maioria decidir por uma revolução, a revolução vai acontecer. Se a grande maioria decidir pela não revolução, a revolução não vai acontecer. E é por aí que nos vamos (Ciampa, Ardans & Satow, 1996:8).

Olhar a Psicologia Social a partir da perspectiva apresentada por Lane é enxergar a inseparabilidade da pesquisa, prática e reflexão, nas quais a “realidade” é antes de tudo o ponto de partida. Como escreve Lima (2009:33), referindo-se a essa postura inerente à produção de conhecimento a partir da perspectiva do materialismo histórico, “o conhecimento do real é uma luta contra a opacidade, nunca é imediato e pleno, em outras palavras, [...] o pensamento empírico somente torna-se claro *a posteriori*, quando o conjunto de argumentos é enfim explicitado”. A teoria, nesse sentido, avança para além de sua condição clássica de mera contemplação e somente pode ser considerada válida na medida em que for confrontada com as ações dos indivíduos e com as condições materiais e históricas dadas.

Nesse ponto encontramos a interface entre a teoria e a prática em Psicologia Social que nos mostra que o modo de pesquisar também pode ser uma práxis. Ou seja, “se parte do empírico, se analisa, se *teoriza*, se volta ao empírico e assim por diante, se aprofundando gradativamente para se captar o processo no qual o empírico se insere” (Lane, 1989a:46). A própria postura do pesquisador, entendida como indissociável do objeto de estudo, toma uma direção totalmente contrária a postura positivista, na medida em que ele

[...] também é parte material da realidade em estudo, e quando a sua atuação, a sua presença é analisada não em termos de evitar vieses ou de se atingir uma objetividade, mas sim captar a não-neutralidade como manifestação de um processo que se está procurando compreender em toda a sua extensão (Lane, 1989a:46).

Essa maneira de fazer pesquisa serve como catalizador para possíveis superações das condições sociais desumanizadoras. Pesquisas que apontem para a emancipação humana, entendida como um tipo de auto-experiência que surge a partir do momento em que o auto-entendimento se entrecruza como o aumento de autonomia individual e social. Nesse sentido, “emancipação” torna-se um conceito quase sinônimo de “revolução”. A própria Lane defende

que é impossível uma emancipação sem revolução, todavia, nos alerta para o fato que essa revolução não necessariamente precisa ser armada:

[...] não precisa ser armada. Mas é preciso mexer com valores, é preciso mexer com os pensamentos estabelecidos, é preciso cutucar o ser humano para que ele pense diferente do que ele vinha pensando. Então, isso é uma revolução. Quando falamos numa revolução ética, a revolução ética não é um indivíduo que vai produzir. É uma sociedade, é uma cultura (Ciampa, Ardans & Satow, 1996:14).

Novamente encontramos aqui uma indissociação da Teoria e Prática em Psicologia Social com o projeto ético. O que sugere o conhecimento produzido pela Psicologia Social como uma práxis. Contudo, mesmo tendo apresentado os pressupostos acerca da relação estabelecida entre a Psicologia Social, a Teoria e a Práxis, ainda falta-nos discorrer sobre que tipo de práxis é essa, e se essa práxis conta com um sentido emancipatório.

## **Os Diferentes Níveis da Práxis e a Crítica da Produção Teórica como Instrumento de Emancipação**

Karl Marx e Friedrich Engels na “Ideologia Alemã” afirmam que “é na práxis que o homem precisa provar sua verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento” (2002:100). Mas o que seria a práxis referida por esses autores? Para discorrer sobre os sentidos da práxis vale a pena recorrermos ao trabalho “Filosofia da Práxis” de Adolfo Sánchez Vasquez (1977). De acordo com o autor, este livro, resultante da tese de doutoramento defendida na Universidade Nacional Autônoma do México em 1966, tem o intuito de “elevar nossa consciência da práxis como atividade material do homem que transforma o mundo natural e social para fazer dele um mundo humano” (Vasquez, 1977:3). Para dar conta dessa tarefa Vasquez utiliza-se de quase 500 páginas para evidenciar os diferentes elementos que configuram a práxis. Isso faz com que o autor inicie suas proposições assinalando uma condição inerente à práxis: sua condição de ação, de atividade, alertando para o fato de nem toda atividade poder ser considerada uma práxis.

Vejamos como Vasquez faz essa diferenciação. Primeiro ele evidencia a necessidade de diferenciar a práxis entendida como “forma de atividade específica, de outras que podem estar inclusive intimamente vinculadas a ela” (Vasquez, 1977:186-187). Essa diferenciação será importante pois a práxis opõe-se à passividade na medida em que o agente “é o que age, o que atua, e não o que apenas tem a possibilidade ou está em disponibilidade para atuar ou agir. Sua atividade não é potencial, mas sim atual” (Vasquez, 1977:186). A práxis, nesse sentido, é entendida como uma prática voltada para a transformação do real, utilizando as palavras de Pimentel (1997:13), um tipo de prática que requer “ação social material, objetiva, transformadora, que corresponde a interesses sociais. Considerada do ponto de vista histórico-social, não é apenas produção de uma realidade material, mas sim criação e desenvolvimento contínuos”.

Essa ênfase na atividade prática faz com que Vasquez afirme que a atividade teórica nem sempre possa ser considerada como práxis, pois ainda que esta transforme “as percepções, representações ou conceitos, e crie o tipo peculiar de produtos que são hipóteses, teorias, leis etc., em nenhum desses casos se transforma a realidade” (Vasquez, 1977:202). A afirmação de Vasquez deixa evidente que seu entendimento acerca das possibilidades emancipatórias da

produção teórica é nulo, se reduzir-se à compreensão clássica de teoria, à mera contemplação da realidade.

Para entender um pouco melhor o que temos chamado de “concepção clássica de teoria” lembramos que a própria palavra *theoria* (*Θεωρία*) era utilizada para se referir a ação especulativa no mundo grego, se opondo a prática e em geral a qualquer atividade que não estivesse relacionada à contemplação (Abbagnano, 1970:916). Em seu uso original estava relacionada diretamente ao fenômeno religioso. *Theoros* era o nome dado ao representante que as cidades gregas enviavam aos festivais públicos para contemplar os acontecimentos sem qualquer interferência na realidade.

Entretanto, se teoria é entendida em sua origem como mera contemplação, com o advento do positivismo ela ganhará o título de “isenção do juízo de valor” requisitando a legitimação e a separação entre conhecimento e interesse. Essa separação entre conhecimento e interesse, inclusive, será o ponto crítico do positivismo, visto que nessa perspectiva o pesquisador sustenta a ilusão de que não participa dos fenômenos estudados (Lima, 2009:32). Os fenômenos sociais são transformados em uma natureza cuja funcionalidade é passível de previsão e seu estudo, como se pudesse ser desinteressado, realizado de forma neutra.

Os trabalhos de Feuerbach e Marx foram os primeiros a criticar essa forma idealista de pensamento. Principalmente as proposições de Marx, para quem a teoria inevitavelmente escaparia dessa neutralidade e assumiria uma dupla forma: como falsa consciência e como crítica. E, embora em ambos os casos a teoria dependa do contexto social e vice-versa, enquanto crítica “ela pode enxergar através dessa dependência de um contexto, ao qual a teoria, que se acreditava independente, esteve inconscientemente aprisionada” (Habermas, 2004:317).

Aqui a teoria escapa de sua condição de mera contemplação, ou ainda, de lugar de neutralidade de análise, e passa a ser pensada como práxis social. O importante será o sentido que essa proposição teórica terá para a práxis, ou seja, se estará voltada para a manutenção social e adaptação dos indivíduos ou se estará comprometida com a emancipação social e autonomia individual. É certo que Vasquez sabe disso e se aproxima das proposições de Lane quando ao referir-se às possibilidades de emancipação afirma que não basta desenvolver uma atividade teórica; é preciso atuar praticamente.

Duas passagens retiradas desses autores, inclusive, evidenciam essa aproximação: 1) para Vasquez (1977:209-210), “não se trata de pensar um fato, e sim de revolucioná-lo, os produtos da consciência tem que materializar-se para que a transformação ideal penetre no próprio fato”; 2) Silvia Lane, por sua vez, insiste no fato de que não basta apenas produzir pesquisas em Psicologia Social, “cabe a nós, como pesquisadores, mostrarmos por a+b, demonstrarmos claramente uma realidade que está aí. Elaborarmos a teoria a partir da demonstração. Partir do empírico para fazer a análise do concreto” (Ciampa, Ardans & Satow, 1996:10). É preciso estar disposto a engajar-se politicamente, a transformar a sociedade.

Nos dois casos vemos a construção da práxis como o resultado do movimento entre teoria e prática que se dá a partir de um processo dialético, no qual a prática é o fundamento da teoria e a teoria é a reflexão da prática, ficando evidente que a reflexão teórica careceria de possibilidade transformadora. Para os autores, a prática não só funciona como critério de validade da teoria, como também é seu fundamento, na medida em que possibilita superar suas limitações mediante o enriquecimento devido aos novos problemas e soluções. Aliás, a influência da atividade prática como guia da produção aparece em Vasquez (1977:233) como

elemento principal para o desenvolvimento de uma práxis, tal como é possível perceber na seguinte passagem:

O fato de que a prática determine a teoria não apenas como sua fonte – prática que amplia com suas exigências o horizonte de problemas e soluções da teoria –, como também como finalidade – como antecipação ideal de uma prática que ainda não existe –, demonstra, por sua vez, que as relações entre teoria e prática não podem ser encaradas de maneira simplista ou mecânica, isto é, como se toda teoria se baseasse de modo direto e imediato na prática. É evidente que há teorias específicas que não se apresentam em tal relação com a atividade prática.

No que se refere à Psicologia Social, se considerarmos tanto as contribuições de Lane como de Vasquez, podemos entendê-la como uma forma de práxis quando sua produção estiver voltada para a transformação social. No caso de Vasquez, soma-se ainda a necessidade de um engajamento concreto do Psicólogo Social nos diferentes espaços políticos. Se retomarmos a concepção de Vasquez segundo a qual a práxis caracterizada como a ação do homem sobre a matéria e a criação, e por meio dela, a construção de uma realidade humanizada, alinhando com as transformações na forma de produção de conhecimento em Psicologia Social desde a década de 60 e 70 e a subsequente manutenção dos problemas sociais, é possível imaginar que exista mais de um nível de práxis.

Vejamos como Vasquez entende essa questão, pois parece que este autor consegue trazer um diferencial muito importante. Em sua “Filosofia da Práxis”, ele trabalha com a ideia de que a práxis pode se apresentar de duas formas distintas, como “práxis reiterativa”, ou como “práxis inovadora”. A primeira seria aquela que segue alinhada as leis traçadas *a priori* e cujos produtos seguem em conformidade com o desenvolvimento social; a segunda, por sua vez, questiona as leis previamente determinadas e resulta em um produto novo e único. Vasquez acredita que do ponto de vista da práxis humana, esse é o ponto-chave que se traduz na produção ou autocriação do próprio homem, e que neste contexto a “práxis criadora é determinante, já que é exatamente ela que lhe permite enfrentar novas necessidades, novas situações.” (Vasquez, 1977:247) Ou seja, o homem é o ser que se cria a si mesmo a todo instante, uma metamorfose permanente (Ciampa, 1987).

A segunda, a práxis reiterativa (ou imitativa), segue segundo Vasquez num nível inferior em relação a práxis criadora. Basicamente, nesse tipo de práxis o subjetivo se dá como uma espécie de modelo ideal, uma espécie de cópia ou duplicação, uma racionalidade na qual o “ideal parece imutável, pois já se sabe por antecipação, antes da própria realização, o que se pode fazer e como fazer” e, dessa forma, “como se conhece *a priori* essa lei, basta repetir o processo prático quantas vezes o queira e obter tantos produtos análogos quantos desejarmos” (Vasquez, 1977:258).

No universo acadêmico é comum observar esse tipo de práxis, basta dispormos de um pouco de tempo e visitarmos algumas de nossas bibliotecas. Encontraremos nelas uma infinidade de trabalhos que apresentam como pressuposto um “ideal” de revolução, muitas vezes negando o ponto de vista daquilo que denominou “objeto de pesquisa”, o que reforça a hipótese de que sempre se pesquisa as mesmas coisas, que se chega a conclusões previamente esperadas. Todavia, antes de considerar esses trabalhos “tendenciosos” é importante colocar que muito do que se vê como uma aparente imobilidade na verdade é um mecanismo de reposição da realidade e, que isso ocorre devido a práxis imitativa tomar como base a práxis

criadora já existente. Fenômeno que Ciampa (1987) definiu como “mesmice” e que acontece devido ao não investimento em propostas mais criativas por conta da insegurança causada pelas novas possibilidades e imprevisibilidade de resultados.

Em outras palavras, como é impossível impedir o processo de metamorfose, o que se consegue às vezes com muito custo é a reposição de realidades dadas *a priori*. Considerando o fato que possa existir interesse em que uma mesmice seja mantida ou mude de forma para uma mais conveniente, isso não significa que a práxis imitativa abra espaço para uma práxis transformadora. De acordo com Vasquez (1977:258), o maior problema da práxis reiterativa é que ela é uma práxis de segunda mão que não produz uma nova realidade, ou seja,

não produz uma mudança qualitativa na realidade presente, não transforma criadoramente, ainda que contribua para ampliar a área do já criado e, portanto, multiplicar quantitativamente uma mudança qualitativa produzida. Não cria; não faz emergir uma nova realidade humana, e nisso reside sua limitação e sua inferioridade em relação à práxis criadora.

Isto posto, aparentemente fica exposta a diferenciação entre teoria, prática e práxis, assim como, fica estabelecida a diferença entre a práxis criadora e a práxis reiterativa. Do mesmo modo, também fica evidente que devemos considerar como inseparáveis a relação teoria & prática e que essa relação é resultado de um processo dialético constante. Max Horkheimer já havia se atentado a para isso quando em sua “Teoria Crítica I” (2006) assinalava que uma aplicação irrefletida e dogmática da teoria e prática na realidade histórica que vive o infinito processo de transformação só poderia acelerar o processo que ela criticamente deveria denunciar.

## **É Possível Afirmar que a Produção Teórica em Psicologia Social Pode Ser Configurada como uma Práxis Transformadora?**

Sabemos que muitas vezes o processo de produção teórica que deveria ser ao mesmo tempo um processo de autoinvestigação e de orientação para as atividades técnicas transformadoras da realidade vivida, é invertido em atividade interesseira sem conexões com a vida prática. E que isso, por sua vez, pode produzir a sensação de que talvez não tenha sido suficiente a produção teórica que garantiria a transição para uma práxis transformadora; a ponto de acreditarmos que a semiformação a que estamos submetidos, que segue os ideais hegemônicos do capitalismo, impediria qualquer pensamento que possibilitasse a emancipação (Adorno, 2006). Por outro lado, isso poderia individualizar um problema que tem relação direta com as condições sociais e históricas a que estão submetidos todos os psicólogos sociais e não consideraria as estratégias sistêmicas que a lógica capitalista tem utilizado para a administração dessa realidade. Nesse sentido, será que de fato a concepção de Vasquez acerca da produção teórica poderia servir como base para a crítica das produções em Psicologia Social?

Vale lembrar aqui, algo que apareceu ao longo de todo o ensaio: a questão da práxis em Psicologia Social tem uma íntima relação com a transformação das condições sociais e individuais existentes, ou seja, a Psicologia Social é uma “práxis social que é tanto uma síntese social que possibilita o conhecimento, quanto uma práxis política que conscientemente aspira à subversão do sistema de instituições existentes” (Habermas, 1987:14), subversões que devem apontar para um sentido emancipatório.

Pensar a emancipação como superação do estreitamento da razão somente é possível quando nos procuramos garantir que o conhecimento crítico não seja aprisionado por tendências político-partidárias e se transforme em mera ideologia; cumpre não cair em um objetivismo histórico, sufocando problemáticas filosóficas. Nesse sentido temos que concordar com Silvia Lane e defender que a Psicologia Social que deseje estar a serviço da emancipação só pode ser uma práxis crítica e criadora, e que o conhecimento produzido permita evidenciar determinações obscuras e desmistificar proposições ideológicas, favorecendo a melhor compreensão da realidade e sugerindo possibilidades nela inscritas, iluminando assim o agir humano “do ponto de vista de sua potência, [ou seja, como] seres capazes de ultrapassar limites, considerados estes limites não como um término” (Almeida, 2005:92).

Vale ressaltar aqui que quando pretendemos transferir a expressão emancipação para o campo da produção teórica em Psicologia Social devemos tomar cuidado para não projetar conceitos que transformem os indivíduos em sujeitos transcendentais, em blocos uniformes, que por sua vez neguem a pluralidade das formas de existência, os projetos de vida individuais e a dinâmica dos processos histórico-sociais. Da mesma maneira, não poderíamos deixar de mencionar também que embora orientada por este princípio, a atividade de produção do conhecimento científico é apenas parte da práxis social, que abarca as várias dimensões da vida humana e do agir, sendo um processo de transformação inclusive do próprio pesquisador que precisa romper com as mentalidades estereotipadas exigidas pela racionalidade técnica e tecnocrática,

e reconhecer-se como trabalhador que produz orientado por objetivos sociais e pelo produto desejável de seu trabalho é um processo que exige a re-descoberta de uma linguagem própria, de um sentido de existência articulado ao sentido universal da existência humana. É preciso que o profissional se posicione, um posicionamento que é conflitivo em relação ao opressor que há dentro e fora dele (Nader, 1990:171).

Estas são preocupações que devem estar presentes em nossos estudos. Aceitá-las, porém, não implica que o estudioso/pesquisador crítico tenha necessariamente que por a mão na massa no sentido de ser ele próprio o aplicador social dos resultados de seus estudos. Entramos aqui finalmente na clássica discussão sobre o papel do intelectual e, também, na injustiça que faríamos ao nos apropriarmos das proposições de Vasquez sem as devidas críticas. Por que injustiça?

Parece-nos que um bom número de Psicólogos Sociais põe a mão na massa ao produzir seus textos. Basta que nos atentemos com maior cuidado frente às várias dissertações e teses em que os pesquisadores/estudiosos se debruçaram resolutamente sobre a realidade, poderíamos dizer que até mesmo mergulhando nela, para a conhecerem. Veremos que tal mergulho significou um comprometimento deles com as questões e os sujeitos estudados, comprometimento este orientado pela tentativa de esclarecer os mecanismos determinantes de situações intoleráveis e, ao mesmo tempo, de apontar possibilidades para a superação destas, ou seja, um comprometimento com processos emancipatórios. Ora, os resultados desses estudos (teorias) não podem ser considerados como alienados, mera práxis reiterativa desvinculada do contexto histórico e social ou não comprometidos com o “fazer” a que Lane se referia.

Podemos dizer aqui que eles “pararam para pensar e... fazer”. Mais ainda, na verdade, eles também contribuíram ou contribuem para a construção da Psicologia Social crítica promotora de uma práxis transformadora. Se é verdade que há “uma imensa quantidade de produções

acadêmicas ‘empoeiradas’ em nossas bibliotecas”, nem todas merecem essa situação ou deixam de dar “respostas aos problemas psicossociais contemporâneos”. Na verdade, elas estão empoeiradas porque são vítimas do sistema: não podemos esquecer que a produção em série e as exigências curriculares instaladas em nossos cursos universitários mal dão tempo para que saibamos de suas existências, assim como que, do ponto de vista do sistema, é conveniente que elas permaneçam empoeiradas, relegadas ao ostracismo das prateleiras. Tudo isto, todavia, não lhes tira seus méritos.

Como bem assinala Adorno em sua “Dialética Negativa”, devemos ficar atentos para que a insistência no fazer prático não se transforme em pretexto “para que os executores estrangulem como vão o pensamento crítico do qual carece a práxis transformadora” (2009:11). O que se pede ao pesquisador é que ele incorpore o conhecimento produzido em seu pensar e em seu fazer, seja este qual for; pede-se, também, que a partir daí ele desperte para novos modos de ser e agir, assuma que fazer Psicologia Social Crítica é também fazer Psicologia Política e possa vislumbrar a necessidade de novos avanços.

Finalmente, se é verdade também, conforme as colocações de Nader (1990:168), que os discursos técnicos dos Psicólogos Sociais “não tem sido condição suficiente para que a prática psi seja uma prática transformadora de sua própria condição de trabalho, e da condição daqueles que são seu objeto de trabalho”, é preciso lembrar que essa insuficiência não decorre necessariamente de incorreções teóricas ou de pesquisas descomprometidas, mas sim, entre outros elementos, da falta de ação, da alienação ou simplesmente da postura burguesa de grande parte dos profissionais psi, bem como dos formidáveis obstáculos sistêmicos que se opõem às iniciativas de mudança ou à adoção de novos e diferentes saberes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbagnano, Nicola. (1970). *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou.
- Adorno, Theodor W. (2009). *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Adorno, Theodor W. (2006). *Educação e Emancipação* (4ª ed., Tradução de Wolfgang Leo Maar). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Almeida, Juracy A. M. de. (2005). *Sobre a Anamorfose: Identidade e Emancipação na velhice*. Tese de Doutorado em Psicologia Social. PUCSP.
- Andery, Alberto A. (1989). Psicologia na comunidade. Em Lane, Silvia. T. M. & Codo, Wanderley. *Psicologia Social: O homem em movimento*. (8ª ed., pp. 201-220). São Paulo: Brasiliense.
- Ciampa, Antonio C.; Ardans, Omar. & Satow, Suely. Parar para pensar... e depois fazer. (entrevista com Silvia T. M. Lane). *Psicologia & Sociedade*, 8(1), jan./jun. 1996, pp. 3-15.
- Ciampa, Antonio C. (1977). *Identidade Social e suas relações com a ideologia*. Dissertação de Mestrado. PUCSP.
- Ciampa, Antonio C. (1987). *A Estória do Severino e a História da Severina*. São Paulo: Brasiliense.
- Góis, César W. de L. (2003). O paciente pobre. Em Góis, César. W. L. (2003). *Psicologia Comunitária no Ceará: uma caminhada*. Fortaleza: Instituto Paulo Freire. pp. 71-75.
- Habermas, Jürgen. (1987). Algumas dificuldades en el intento de mediar teoria y praxis. Em Habermas, J. *Teoria y Praxis: estudios de filosofia social*. Madrid: Editorial Tecnos.
- Habermas, Jürgen. (2004). Uma Vez mais: a relação entre teoria e prática. Em Habermas, J. *Verdade e Justificação: ensaios filosóficos*. São Paulo: Loyola.
- Horkheimer, Max. (2006). *Teoria Crítica I: uma documentação*. São Paulo: Perspectiva.
- Lane, Silvia T. M. (1989a). A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. Em Lane, Silvia. T. M. & Codo, Wanderley. (Orgs.) *Psicologia Social: O homem em movimento*. (8ª ed., pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Lane, Silvia T. M. (1989b). Uma Psicologia Social baseada no materialismo histórico e dialético. Em Hutz, C. S. (Org.), *Anais do 2º Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP*. (pp. 147-155). Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia.
- Lane, Silvia T. M. (2006). Histórico e fundamento da psicologia comunitária no Brasil. Em Campos, R. H. F. *Psicologia Social Comunitária*. (pp. 17-34). Rio de Janeiro: Vozes.
- Lane, Silvia T. M. & Codo, Wanderley. (Orgs.). (1989). *Psicologia Social: O homem em movimento*. (8ª ed.). São Paulo: Brasiliense. [originalmente escrito em 1984]
- Lima, Aluísio F. de. (2009). *Sofrimento de indeterminação e reconhecimento perverso: Um estudo da construção da personagem doente mental a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUCSP.
- Lima, Aluísio F. de. (2005). *A dependência de drogas como um problema de Identidade: Possibilidades de apresentação do "Eu" por meio da Oficina Terapêutica de teatro*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUCSP.
- Marx, Karl & Engels, Friedrich. (2002). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes.

- Nader, Rosa M. (1990). *Psicologia e Transformação: caminhos para a prática Psi*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUCSP.
- Pimentel, Alessandra. (1997). A formulação do problema de pesquisa. Em Pimentel, A. *Um estudo de caso na relação entre Psicologia e Educação: o Programa Alfa*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUCSP.
- Vasquez, Adolfo S. (1977). *Filosofia da Práxis* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Recebido em 19/12/2009.
- Revisto em 17/02/2010.
- Aceito em 12/03/2010.